



SOBREVIVER PARA CONTAR: as catárticas memórias dos exilados e perseguidos pela ditadura militar brasileira

Paulo Bungart Neto¹

A verdadeira vitória reside na maneira por que combatemos e não no resultado final. E não consiste a honra em vencer mas em combater.

Michel de Montaigne. *Ensaíos*, p. 104.

Antes de historiadores e memorialistas repercutirem, algumas décadas depois (o que lhes permite certa visão distanciada dos fatos), os mais terríveis episódios envolvendo abusos de autoridade, censura aos meios de comunicação, perseguições e torturas físicas e psicológicas cometidas durante o período do governo militar brasileiro, na segunda metade do século XX (1964-1985), diversas manifestações culturais os denunciaram e combateram à época, tais como o cinema (*Terra em transe* e *Dragão da maldade contra o santo guerreiro*, de Glauber Rocha); o teatro (a montagem vanguardista de José Celso Martinez Corrêa da peça *O rei da vela*, de Oswald de Andrade, que influenciou sobre a concepção ideológica do Tropicalismo, como reconhece Caetano Veloso em *Verdade tropical*, 1997, p. 242); a ficção literária (por exemplo, romances de Antonio Callado que tematizam a guerrilha de esquerda, como *Quarup*, 1967, e *Sempre viva*, 1981); e a música popular brasileira, através de inúmeras canções²

¹ Paulo Bungart Neto é professor da Universidade Federal da Grande Dourados (UFGD).

² Aqui penso não somente no movimento tropicalista de modo geral, mas especificamente em composições como “Apesar de você”, de Chico Buarque, um “recado” ao General de que seu cargo não seria “vitalício”; “O bêbado e a equilibrista”, de João Bosco e Aldir Blanc, que evoca um Brasil que sonhava “com a volta do irmão do Henfil”; e “Pra não dizer que não falei das flores”, de Geraldo Vandré, canção cujo verso “quem sabe faz a hora / não espera acontecer” tornou-se lema de todo o movimento de resistência à ditadura. Em *1968: o ano que não terminou*,

que, surgidas como “manifestos” artísticos e libertários, transformaram-se em verdadeiros hinos de resistência à repressão política e de uma determinada identidade (de sofrimento, privação e superação) cultural brasileira.

Mas as feridas são profundas e de lenta cicatrização. Os abusos de autoridade, torturas e demais atos infames praticados durante o período (de ambos os lados, diga-se de passagem, pois uma facção mais radical da militância de esquerda também fez suas vítimas), repercutidas, já à época, sobretudo através de manifestações artísticas (pois a imprensa, de modo geral, estava sob cerrada censura, principalmente a partir de 1968), dão margem e comprovam – com toda razão, devido à urgência de se esclarecer fatos relevantes da recente história política brasileira – a observação de Leonor Arfuch no excelente e atualíssimo *O espaço biográfico: dilemas da subjetividade contemporânea* (2010), segundo a qual há no mundo contemporâneo uma “verdadeira obsessão da memória” pela “experiência dos sujeitos” e pela “ênfase testemunhal” em sintonia com os “marcos simbólicos do novo século e milênio (...)” (2010, p. 24).

Elencando uma série infindável de possibilidades de registros biográficos nesse terceiro milênio, tais como (para citar somente alguns): biografias, autorizadas ou não, autobiografias, memórias, diários íntimos, cadernos de notas, de viagens, testemunhos, autoficções, romances, filmes, entrevistas, *talk shows* e *reality shows*, etc, Arfuch demonstra o quanto tal “obsessão” por aspectos confessionais ou simplesmente autorreferenciais invade sobremaneira a literatura, a mídia e grande parte dos espaços públicos. A percuciente observação da ensaísta argentina pode se aplicar ao caso brasileiro: os episódios protagonizados por aqueles que viveram de perto as atrocidades da ditadura motivaram depoimentos à “Comissão da Verdade, Memória e Justiça” (ao longo do ano de 2013), confissões de tortura (ver a coletânea *Brasil: nunca mais*, 1985), investigações jornalísticas (1968: *o ano que não terminou*, Zuenir Ventura, 1988), crônicas (*O ato e o fato*, Carlos Heitor Cony, 2004, publicadas, como se verá, no ano de 1964) e uma quantidade considerável de volumes de memórias, verdadeiras catarses, não apenas de escritores vinculados à militância de esquerda, como Ferreira Gullar

Zuenir Ventura transcreve opinião de Millôr Fernandes, segundo a qual a canção de Vandré “É o hino nacional perfeito; nasceu no meio da luta, foi crescendo de baixo pra cima, cantado, cada vez mais espontânea e emocionalmente, por maior número de pessoas. É a nossa Marselhesa” (*apud* VENTURA, 1988, p. 206-207).

(*Rabo de foguete*, 1998), mas também de outros intelectuais, tais como o crítico, historiador e cientista político Nelson Werneck Sodré (*A fúria de Calibã*, 1994), o cantor e compositor Caetano Veloso (*Verdade tropical*, 1997), o jornalista Paulo Francis (*Trinta anos esta noite*, 1994) e sobretudo ex-guerrilheiros diretamente envolvidos na resistência ao regime através da luta armada, caso de Alfredo Sirkis (*Os carbonários*, 2008; 1ª edição - 1980), Alex Polari (*Inventário de cicatrizes*, 1979; 1ª edição - 1978; e *Em busca do tesouro*, 1982) e Fernando Gabeira, autor de uma trilogia iniciada, em 1979, com *O que é isso, companheiro?*³.

Relatos jornalísticos e livros de História ajudam a compreender o contexto político, social e econômico em que o golpe se deu, e a eles recorrerei eventualmente. No entanto, são sobretudo os registros autobiográficos dos “sobreviventes” à barbárie que interessam a este ensaio, intelectuais como Ferreira Gullar, Carlos Heitor Cony, Paulo Francis, Nelson Werneck Sodré, Fernando Gabeira, Alex Polari, Caetano Veloso e Alfredo Sirkis, todos, sem exceção, tendo em comum, além do relato memorialístico (justificada a recorrência ao biografismo pelo absurdo do teatro de horrores a que foram submetidos), o fato de terem sido presos (a maioria deportada ou exilada espontaneamente) pouco tempo após o golpe, em 1964, ou após a decretação do Ato Institucional nº 5 (AI-5), em 13 de dezembro de 1968, episódio de fundas repercussões pessoais e profissionais para a maior parte dos militantes envolvidos.

Engana-se, no entanto, quem pensa que os relatos sobre regimes ditatoriais, no Brasil, surgem nos anos 1970. O Estado Novo (1937-1945) de Getúlio Vargas, conhecido, muitas vezes, simplesmente como “Ditadura Vargas”, motivou romances históricos excelentes, tais como *Agosto* (1990), de Rubem Fonseca, que

³ Os outros dois intitulam-se *Crepúsculo do macho* e *Entradas e bandeiras*. A questão é complexa e o assunto tão recorrente que a bibliografia memorialística a esse respeito inclui depoimentos dos próprios envolvidos no Golpe de 1964 (ver, por exemplo, *Memórias: a verdade de um revolucionário*, 1978, do General Olímpio Mourão Filho, responsável por comandar, no dia 31 de março de 1964, tropas do Exército que marcharam de Juiz de Fora ao Rio de Janeiro), bem como referências aos seus desdobramentos até mesmo em obras contextualizadas em outro recorte histórico, como nas memórias de Autran Dourado sobre o período em que trabalhou com Juscelino Kubitschek (*Gaiola aberta: tempos de JK e Schmidt*, 2000) no governo de Minas Gerais e na presidência da República. Preocupado com o assédio dos militares ao ex-presidente, Dourado confessa ter queimado importantes documentos que poderiam ter sido utilizados para pressionar JK durante os longos interrogatórios a que foi submetido (2000, p. 15).

aborda o último mês de vida do caudilho gaúcho, e *Memórias de Aldenham House* (1989), último romance de Antonio Callado, no qual um dos personagens principais, o brasileiro Perseu Blake de Souza, perseguido pelo governo do ditador brasileiro, refugia-se em Londres e trabalha na seção latino-americana da Rádio BBC durante a 2ª Guerra Mundial.

Na memorialística brasileira, o período é retratado nas dramáticas *Memórias do cárcere* (1953), de Graciliano Ramos; em *Memórias de um soldado: do tenentismo ao Estado Novo* (1967), de Nelson Werneck Sodré; e em *Navegação de cabotagem* (1992), de Jorge Amado. Exilado, nos anos 1940, em Paris e em Praga, em decorrência de sua filiação ao Partido Comunista brasileiro, clandestino desde o malsucedido golpe de novembro de 1935, o famoso romancista baiano registra, em suas memórias, suas andanças “de porto em porto” (o que justifica o título escolhido para suas recordações, evocando um tipo de viagem marítima que se realiza dessa maneira, a “cabotagem”), sempre fugindo da ditadura imposta por Vargas, ao lado da companheira e também memorialista Zélia Gattai. Calejado pela rotina de exílio e clandestinidade, ao saber do golpe militar de 1964 através de uma ligação telefônica, Jorge Amado reage da seguinte maneira: “Desperto com a notícia, nem por esperada menos infeliz: os gorilas tomaram das armas, depuseram João Goulart. (...) Os telefonemas se sucedem, sabemos de prisões, casas invadidas, estamos preparados, Zélia e eu, para o que der e vier (...)” (1992, p. 23). Apesar da óbvia reação de descontentamento, Amado prefere não se envolver diretamente na resistência a mais um regime totalitário: segundo Zuenir Ventura, ao ser procurado, em Salvador, por Glauber Rocha, com o propósito de interceder contra a prisão do líder estudantil Vladimir Palmeira, o romancista reage da seguinte maneira: “Eu já passei por tudo isso, (...) agora é a vez de vocês” (*apud* VENTURA, 1988, p. 41).

Ainda sobre o “tributo” da memorialística brasileira à Era Vargas convém mencionar o inconformismo de Autran Dourado, descrito no já mencionado *Gaiola aberta* (2000, p. 24), ao testemunhar, *in loco*, no Estádio de São Januário, no Rio de Janeiro, durante o Comício do Dia do Trabalho (01/05/1945), a atitude subserviente de Luís Carlos Prestes ao segurar o microfone para Getúlio Vargas discursar, após o ditador ter enviado, alguns anos antes, Olga Benário, então esposa do líder comunista, à Alemanha hitlerista. A cena é reelaborada e incluída, em 1989 (anterior, portanto, à “confissão” memorialística) no romance de formação *Um artista aprendiz*, texto com evidente acento confessional, no qual se

lê o seguinte diálogo entre o escritor João da Fonseca Nogueira, *alter ego* de Autran, e a personagem Aurélia, ambos militantes comunistas:

Chegou o 1º de maio, dia do trabalho. Como durante toda a ditadura, houve concentração operária no Estádio do Vasco da Gama Futebol e Regata (sic) no Rio, a que compareceu Getúlio Vargas. No dia seguinte, ao abrir o jornal, João não pôde acreditar no que via: Luís Carlos Prestes segurando o microfone para Getúlio Vargas falar. Telefonou para Aurélia, foram se encontrar. [...] Aurélia, você viu isto? Disse ele mostrando-lhe o jornal. É chato, disse ela. Chato só não, Aurélia, é algo mais. Getúlio entregou a mulher dele aos nazistas e Prestes vem segurar o microfone pra ele! Eu não estava lá, desconheço as circunstâncias em que o fato se deu, disse ela. Aurélia, que circunstância! Não me diga uma coisa dessas. Quando ainda na prisão Prestes passou aquele telegrama a Getúlio, cumprimentando-o pelo reatamento de relações diplomáticas com a União Soviética, já estranhei. Ele apenas colocou o interesse do partido, de que é secretário geral, acima do seu caso pessoal, disse ela (DOURADO, 1989, p. 158).

Tendo sido oficial de gabinete de Juscelino Kubitschek no governo de Minas Gerais e secretário de imprensa na Presidência da República, Autran Dourado se familiarizou a contragosto com os dissabores e pressões da atividade política e do intolerável “jeitinho brasileiro” presente em quase todas as iniciativas do gênero. Desse modo, as recordações evocadas em *Gaiola aberta* deixam no leitor a impressão de que é muito difícil fazer política no Brasil sem, de certa forma, comprometer-se e arriscar-se pessoalmente, ou, pelo menos, sabendo separar bem as esferas pública e privada. Vários são os trechos de suas memórias (e também de *Um artista aprendiz*) nos quais fica claro que o autor se sentia “vendido” à política, pois estava ligado a um jogo de interesses escusos apenas para um dia realizar seu grande sonho: ter condições financeiras de se dedicar integralmente à literatura. O tema está presente em outro romance autobiográfico de Autran Dourado, *A serviço del-Rei* (1984), também protagonizado pelo *alter ego* João da Fonseca Nogueira⁴. O leitor de *Gaiola aberta*, dando crédito a episódios ali contados envolvendo JK e Augusto Frederico Schmidt, ao compará-lo ao romance *A serviço del-Rei*, percebe nitidamente que João reflete as angústias e questionamentos do próprio Autran Dourado, Juscelino aqui é designado como o

147

⁴ Ver, por exemplo, o seguinte trecho a respeito do dilema de João: “Cansado, nervoso, irritado, súbito sentindo que toda a sua vida de escritor estava indo água abaixo, tinha traído a sua vocação, emporcalhava tudo, se submetia às mais infames razões de Estado, ele antigamente tão puro...” (DOURADO, 1984, p. 153).

Senador Saturniano de Brito, e Augusto Frederico Schmidt serviu de “inspiração” a dois personagens: Maldonado do Amaral e Quintiliano Dantas.

Quando se analisa os prós e contras das atuações de líderes como Getúlio Vargas e Juscelino Kubitschek, é preciso levar em consideração as pesquisas realizadas por outro grande escritor brasileiro: o jornalista Carlos Heitor Cony, um dos principais opositores do golpe militar de 1964 e autor de dois ensaios biográficos sobre os personagens históricos supracitados: *Quem matou Vargas*, de 1974, e *JK: Memorial do exílio*, de 1982. No primeiro, Cony tenta desconstruir a desgastada imagem de Vargas como ditador impiedoso e cruel (que teve a “coragem” de enviar uma prisioneira grávida à Gestapo de Hitler), buscando em sua formação humana e intelectual as bases de suas polêmicas decisões políticas. No segundo, mais do que escrever a biografia do ex-presidente mineiro, Cony se propõe a redigir a “continuação” das memórias de JK, no lugar de Caio de Freitas, antigo *ghost writer* que, antes de adoecer, produziu os cinco primeiros volumes de suas recordações a partir de entrevistas gravadas pelo fundador de Brasília⁵. Na parte final do volume, avultam as referências às longas e intermináveis sessões de interrogatório que os militares impuseram a JK (e a diversas outras personalidades políticas brasileiras) sob a designação de “Inquérito Policial Militar” (IPM). Presume-se, até os dias de hoje, que o acidente automobilístico que vitimou Juscelino não foi suficientemente bem explicado, restando, no mínimo, a suspeita de sabotagem do automóvel, um Opala modelo 1970⁶.

148

Contudo, o incômodo gerado, nos militares, pelos textos de Carlos Heitor Cony, não se originara com as eventuais insinuações contidas no “memorial” de JK. Ocorrido o golpe, a 31 de março de 1964, logo em seguida o jornalista inicia sua “cruzada” a favor da restauração da liberdade e da volta à democracia numa série, surpreendente e extremamente corajosa, de inúmeras crônicas publicadas no jornal *Correio da Manhã*, do Rio de Janeiro, ao longo de todo o ano de 1964 e

⁵ No “Prefácio do Autor”, Cony observa que: “Assim sendo, *Memorial do Exílio* tem a pretensão (talvez absurda, talvez explicável) de ser a continuação das memórias de JK, a crônica do seguimento natural de sua trajetória política e pessoal” (1982, p. XIV).

⁶ A esse respeito, ver, em *Dossiê Brasil* (1997), de Geneton Moraes Neto, capítulos como “Carta misteriosa chega às mãos de colonista político americano” (p. 25-31); “Boato anuncia morte de JK antes da tragédia” (p. 32-33); e “Mistério: desaparecem negativos das únicas fotos do corpo de JK no local do acidente” (p. 33-37).

que lhe valeram processo por “crime de opinião”! Essas crônicas foram posteriormente reunidas em livro no volume intitulado *O ato e o fato: o som e a fúria das crônicas contra o golpe de 1964*. A edição de 2004, publicada pela editora Objetiva, traz como prefácio o texto “A última ironia”, de Luís Fernando Veríssimo, que não economiza elogios à coragem do jornalista:

Eu costumava ler o Cony regularmente no *Correio*. Me agradavam seu modo de escrever e seu humor, mas nunca prestara maior atenção nele ou lera um dos seus livros. E de repente, depois do 1º de abril, ali estava aquele cara dizendo tudo que a gente pensava sobre o golpe, sobre a prepotência militar e a pusilanimidade civil, com uma coragem tranqüila e uma aguda racionalidade que tornava o óbvio demolidor – e sem perder o estilo e a graça. Em pouco tempo aquele ato, ler o Cony, se tornou um exercício vital de oxigenação para muita gente, e a sua coluna uma espécie de cidadela intelectual em que também resistíamos – mesmo que a resistência consistisse apenas em dizer “É isso mesmo!”, ou “Dá-lhe, Cony!”, a cada duas frases lidas. “Leu o Cony hoje?” passou a ser a senha de uma conspiração tácita de inconformados passivos, cujo lema silencioso seria “Pelo menos eles não estão conseguindo engambelar todo o mundo” (VERÍSSIMO, *apud* CONY, 2004, p. 8).

Para Luís Fernando Veríssimo, o maior mérito das crônicas de Cony se deve ao fato de o escritor não ser “um homem de esquerda” nem mostrar “simpatia pelo governo deposto”, podendo, assim, “esquecer ideologias derrotadas e reformas interrompidas e se concentrar na ignomínia básica, a de um poder armado se instalando violentamente em nossas vidas para nos salvar dos seus próprios demônios” (2004, p. 9).

As crônicas de Cony repercutiram não apenas em meio àqueles que acompanhavam “de fora” o desdobramento do golpe: lendo o depoimento de Nelson Werneck Sodré em *A fúria de Calibã*, o leitor se dá conta de que, dentre os presos políticos, tais textos funcionavam como uma espécie de “foco de resistência” para os que não se conformavam com uma situação que, para desespero de muitos, não seria passageira, como se imaginava no início do golpe. Vale a pena acompanhar o longo trecho abaixo, em que Sodré destaca a militância apartidária de Cony ao comentar uma crônica não incluída em *O ato e o fato*:

Eu estava ainda no Forte de Copacabana quando apareceu, a 27 de junho [de 1964], no *Correio da Manhã*, a crônica de Carlos Heitor Cony, “Explicação estranha”. Cony vinha fazendo, em sua coluna, severa campanha contra as arbitrariedades cometidas pelos responsáveis – e irresponsáveis – da nova ordem. Sua crônica “A hora dos intelectuais”, dias antes, fora como um sinal de alerta, uma advertência vibrante: os intelectuais não podiam omitir-se, não podiam calar, diante do que estava acontecendo. Eu lia as crônicas de Cony, na prisão, como todos os presos, os foragidos, os

perseguidos. Atritando-se com a ditadura, indispondo-se com responsáveis e irresponsáveis, ameaçado e, depois, processado, preso adiante, Cony portou-se com exemplar dignidade e fixou uma conduta que poderia ser invocada como modelo. Não tinha passado político, militância política, interesse político. Sua atitude lhe foi ditada, apenas, por dever íntimo, impulso natural. Naquele momento, ele encarnou, realmente, e de forma muito alta, o apego à liberdade que todo intelectual deve ter e que é um dos apanágios de seu mister (SODRÉ, 1994, p. 25-26).

Como vimos no início do ensaio, a censura à imprensa torna-se absoluta somente a partir da publicação do AI-5, em dezembro de 1968⁷. Dessa forma se justifica que a primeira crônica escrita por Cony após o golpe tenha sido veiculada no *Correio da Manhã* em 2 de abril de 1964, apenas dois dias após a tomada de poder pelas tropas do general Mourão Filho. Com o título irônico de “Da salvação da pátria” (2004, p. 11-13), a crônica simboliza, através dos questionamentos da filha de Cony⁸, o espanto da população civil em relação às consequências de um golpe mal assimilado na ocasião.

Dentre outras crônicas que merecem destaque na coletânea, cito: “O manifesto dos intelectuais” (p. 14-19); “Revolução dos caranguejos” (p. 28-30); “Cipós para todos” (p. 60-62); “A herança” (p. 63-65); “Judas, o dedo-duro” (p. 75-77); e “O sangue e a pólvora” (p. 107-109). A primeira transcreve e comenta o manifesto de fundação do Comando dos Trabalhadores Intelectuais, publicado por dois jornais vespertinos, uma tentativa inócua de criar uma frente de oposição intelectual à ditadura e em defesa das liberdades democráticas. O manifesto foi assinado por dezenas de intelectuais das mais variadas áreas (Direito, Arquitetura, Literatura, Música, Teatro, Artes Plásticas, Educação, Cinema, Economia, Jornalismo, Rádio e Televisão), dentre eles, Ênio Silveira, diretor da Editora

150

⁷ Revogado uma década depois, em 31 de dezembro de 1978, o “saldo” da censura imposta pelo AI-5 é impressionante: “Em dez anos, cerca de 500 filmes, 450 peças de teatro, 200 livros, dezenas de programas de rádio, 100 revistas, mais de 500 letras de música e uma dúzia de capítulos e sinopses de telenovela foram censurados. Só Plínio Marcos teve 18 peças vetadas” (VENTURA, 1988, p. 285-286).

⁸ “Das janelas, cai papel picado. Senhoras pias exibem seus pios e alvacentos lençóis, em sinal de vitória. Um Cadillac conversível pára perto do Six e surge uma bandeira nacional. Cantam o hino também Nacional e declaram todos que a Pátria está salva. Minha filha, ao meu lado, exige uma explicação para aquilo tudo. (...) – É carnaval, papai? (...) – Não. (...) – É campeonato do mundo? (...) – Também não. (...) Ela fica sem saber o que é. E eu também fico. Recolho-me ao sossego e sinto na boca um gosto azedo de covardia” (CONY, 2004, p. 12-13).

Civilização Brasileira, os jornalistas Carlos Heitor Cony e Paulo Francis, e escritores como Jorge Amado, Nelson Werneck Sodré e Ferreira Gullar.

A ironia é o antídoto preferido por Cony para reagir a tal estado absurdo de “exceção”: do mesmo modo que em “Da salvação da pátria”, na crônica “Revolução dos caranguejos”, de 14 de abril de 1964, avulta o comentário que oscila entre a ironia amarga e o humor negro ao tratar da denominação que os militares deram ao arbitrário golpe:

Já que o Alto Comando Militar insiste em chamar isso que aí está de Revolução – sejamos generosos: aceitemos a classificação. Mas devemos completá-la: é uma Revolução, sim, mas de caranguejos. Revolução que anda para trás. Que ignora a época, a marcha da história, e tenta regredir ao governo Dutra, ou mais longe ainda, aos tempos da República Velha, quando a proibidade dos velhacos era o esconderijo da incompetência e do servilismo. Quando até os vasos de nossos sanitários, as louças de nossos mictórios públicos tinham o consagrador *made in England* (CONY, 2004, p. 28).

Em “Cipós para todos”, crônica veiculada a 5 de maio, Cony elogia a bravura de Magalhães Pinto, governador de Minas Gerais à época do golpe e praticamente o único a se opor ao regime recém imposto. No parágrafo final, Cony admite que vinha sofrendo ameaças anônimas, defendendo-se através da alusão ao seu fazer literário e alertando os leitores a respeito da possível origem de tais ameaças. Seu recado é direto e sem meias palavras:

Aproveito esse final de crônica para dar um recado às pessoas que me ameaçam, por carta ou por telefone: sou um homem desarmado, não tenho guarda-costas nem medo. Tenho, isso sim, uma obra literária que, bem ou mal, já me dá uma razoável sobrevivência. Esse o meu patrimônio, essa a minha arma. Qualquer violência que praticarem contra mim terá um responsável certo: general Costa e Silva, Ministério da Guerra, Rio – e, infelizmente – Brasil (CONY, 1994, p. 62)⁹.

⁹ Artur da Costa e Silva foi Ministro da Guerra durante o governo do marechal Castelo Branco entre 1964 e 1967. Tomou posse como o segundo presidente do regime militar em 15 de março de 1967. Faleceu a 17 de dezembro de 1969. Infligindo uma vez mais suas próprias regras, os militares se recusaram a empossar Pedro Aleixo, o vice-presidente, durante o período em que Costa e Silva se afastara para tratar de grave problema de saúde decorrente de um derrame cerebral. Antes de dar posse a Emílio Garrastazu Médici, em outubro de 1969, o Brasil foi governado, em um breve período, por uma junta composta pelos ministros do Exército, Marinha e Aeronáutica. O AI-5 (dezembro de 1968) foi promulgado durante o governo Costa e Silva.

Em “A herança” (7/5/64), Cony alerta seus leitores para um problema que se tornaria cada vez mais grave após a promulgação do Ato Institucional nº 5: o desaparecimento de centenas de civis contrários ao regime, encarcerados sem que soubessem ao certo do que eram acusados, de maneira semelhante à situação vivida por Graciliano Ramos durante a Ditadura Vargas e descrita em suas *Memórias do cárcere*. A crônica se inicia em forma de denúncia, com um balanço assombroso das estatísticas referentes ao primeiro mês do golpe, para aflição dos familiares que buscavam, em vão, notícias a respeito dos parentes desaparecidos: “Do dia 1º de abril até ontem, foram presas milhares de pessoas. Não sabemos os nomes, as profissões e os pensamentos dessas pessoas. Sabemos apenas que estão presas em algum lugar – ou em qualquer lugar” (CONY, 2004, p. 63). Inconformado, o cronista afirma, sem hesitar, que “(...) a maioria desses presos nem sequer foi interrogada ainda. Estão presos há mais de 30 dias, nem sequer sabem por que estão presos” (idem), sugerindo a arbitrariedade que caracterizaria mais e mais a atitude dos militares, arbitrariedade e abuso de poder que cresceriam em progressão geométrica à medida que se sucederiam, na presidência, Castelo Branco, Costa e Silva e Emílio Médici.

Em suas memórias sobre o golpe militar¹⁰, Paulo Francis ressalta o quanto a situação política piorara a partir de 1968, a ponto de considerar “branda” a censura imposta logo após a “revolução”. Na introdução da obra, intitulada “Aviso aos navegantes” (p. 7-12), afirma o jornalista:

Dizer, por exemplo, que houve vinte anos de ditadura, de 1964 a 1984, talvez seja legalmente correto, mas é falsificação histórica. Entre 1964 e 1968 houve muita liberdade. Faltou, certamente, democracia, mas veio uma politização nunca vista no meu tempo de vida. Esses foram os anos do Teatro Opinião, das passeatas, dos manifestos (dos quais perdi a conta), da batalha jornalística do *Correio da Manhã* contra o regime que ajudou a instalar. (...) Repressão brava a partir do Ato Institucional número 5, decretado em 13 de dezembro de 1968. Eu viajei de Nova York para o Rio no dia 12. Passeava, não morava na cidade, ainda. Se tivesse ficado posto mais algum tempo, esqueceriam de mim. As prisões só eram a sério com a gente militante na guerrilha, que foi pífia e exagerada pelos repressores. No governo Medici, 1970, o general começou reconhecendo que não vivíamos num regime democrático, mas prometendo melhorar de conduta. O Brasil foi tricampeão mundial de futebol. Aplaudiram Medici no Maracanã. Vi vaiarem presidentes eleitos como Juscelino. Quando tudo parecia encaminhado a uma solução democrática e próspera – sim, porque

¹⁰ *Trinta anos esta noite: 1964 – O que vi e vivi*. São Paulo: Companhia das Letras, 1994.

o país crescia em média 10% ao ano –, de repente baixou o policialismo mais abrangente do período militar. Por quê? Nunca descobri. Espero por historiadores que respondam (FRANCIS, 1994, p. 8)¹¹.

Parece óbvio que as afirmações de Paulo Francis refletem a opinião de alguém que possuía, trinta anos após esses acontecimentos cruciais, uma visão profunda da política e da história do Brasil, considerando, inclusive, “pífia” a participação dos guerrilheiros no combate ao governo. Veremos, mais adiante, ao abordar os relatos de Fernando Gabeira e Alfredo Sirkis, que a resistência armada não foi tão “pífia” assim, uma vez que, mesmo sem ter tomado o poder, ao sequestrar embaixadores de países como Estados Unidos, Alemanha e Suíça, a guerrilha de esquerda conseguiu a libertação de dezenas de prisioneiros políticos que se submeteram, nos porões do regime, às mais terríveis sessões de tortura e humilhações as mais diversas.

Sem saber que a situação dos opositores pioraria a partir do fim de 1968, Carlos Heitor Cony reage com indignação à política de oficialização da delação imposta, em 1964, pelo Ministério da Educação: na crônica “Judas, o dedo-duro”, veiculada originalmente em 14 de maio do mesmo ano e sugerida por Ferreira Gullar, Cony compara a atitude ignóbil do governo à traição da personagem bíblica: “Judas é bem o padroeiro de todos os dedos-duros que estão funcionando por aí. Há senhoras piedosas que consideram esta quartelada um movimento cristão. Mas um movimento feito sob o patrocínio de Judas não pode ser cristão. É anticristão. Não tem as bênçãos do Mestre. Tem a baba do traidor” (2004, p. 76).

Em nota de rodapé à crônica “O sangue e a pólvora”, de 4 de junho de 1964, Cony assegura que Castelo Branco descumprira o que havia estabelecido, a 9 de abril (Ato Institucional nº 1), em relação a cassações de mandatos e ao acordo previamente estabelecido, antes do golpe, de manter o pleito presidencial para o ano de 1965, no qual já havia dois candidatos virtuais: Carlos Lacerda (UDN) e Juscelino Kubitschek (PSD), este último já com candidatura homologada em convenção partidária. Cony, que viria a escrever a continuação das memórias de

¹¹ Algumas páginas adiante, Francis assevera: “Com Figueiredo, que tomou posse em 15 de março de 1979, nos aproximamos da liberdade de 1964-1968, que se consolidou a partir de 1983, precisamente, quando a imprensa explodiu em campanha pela moralidade pública. Ou seja, ditadura total foi de dezembro de 1968 à demissão do general Sílvio Frota do Ministério do Exército, em dezembro de 1977” (1994, p. 10).

JK em 1982 (o já mencionado *Memorial do exílio*), critica a perseguição ao ex-presidente e defende seu direito de concorrer à reeleição, mesmo admitindo não ser, à época, partidário do médico mineiro:

O governo JK abriu imensas perspectivas para o Brasil. Rasgou o Oeste – uma de nossas metas encravadas há séculos, desde que os bandeirantes se aposentaram para sempre. Não se rasga uma região interiorana com marchas pela família, terços e procissões. Abre-se a facção, a foice, a trator. O Oeste norte-americano foi rompido e conquistado na base do banguê-banguê. O tempo das diligências custou sangue e pólvora, mas a História absolve às vezes o sangue e a pólvora. Não absolve nunca é a estupidez e a tirania. Sou pela manutenção dos direitos políticos do Sr. Juscelino, para ter o prazer de não votar nele (CONY, 2004, p. 109).

A oposição de Cony ao regime militar brasileiro está presente não apenas em suas crônicas jornalísticas, mas também em seu volume de memórias e em sua obra ficcional. Em 2010, o escritor fluminense publica *Eu, aos pedaços: memórias*. No Prefácio (p. 7-9), esclarece que não se trata de uma autobiografia “pura” por não seguir ordem cronológica nem encadeamento de ações/lembranças, mas sim de uma coletânea de crônicas cujo “critério adotado foi o nem sempre disfarçado tom de confissão ou memória” (p. 9). A obra é subdividida em inúmeras seções agrupadas por assunto e não por acontecimentos datados, pois, como não se trata de uma autobiografia, argumenta que não começará pela “obviedade do nascimento, como quase todos os livros de memórias que foram escritos ao longo do tempo” (p. 7). Ao justificar a concepção do livro, refere-se novamente às perseguições dos militares de maneira irônica: “Algumas delegacias especializadas e repartições militares do meu país devem ter alguma coisa parecida com essa informação inicial a meu respeito, daí a desnecessidade de repeti-la” (p. 7).

Composto por seções como “Infância”; “Família”; “Jornalismo”; “Viagens”; e “Personagens”, dentre outras (o que explica o título *Eu, aos pedaços*), Cony reserva à última, intitulada “Política”, a transcrição de crônicas presentes em *O ato e o fato*¹², além de outros capítulos inéditos, tais como “Esquerda ou direita” (p. 202-204); “Na cova do leão” (p. 204-206); “Cabezas trocadas” (p. 207-209); “AI-5” (p. 209-210); e “O ato fisiológico” (p. 211-213). Em “Cabezas trocadas”,

¹² A saber, os textos: “Da salvação da pátria”; “O manifesto dos intelectuais”; “O sangue e a palhaçada”; “O ato e o fato”; “Ameaças e opinião”; “Aos meus leitores”; “Compromisso e alienação”; e “Ato Institucional II”.

Cony alude a um jornal alternativo criado para fazer oposição ao governo, e que tinha, entre seus articulistas, intelectuais como Ênio Silveira, Nelson Werneck Sodré, Flávio Rangel, Paulo Francis, Antônio Callado e Márcio Moreira Alves. Segundo o memorialista,

Pouco antes da edição do Ato Institucional nº 2, em 1965, um grupo de intelectuais aqui do Rio lançou um jornal cujo título e mensagem principal era *Reunião*. Pretendia-se fazer o que agora as esquerdas tentam: reunir o povo contra o governo. Apesar de sentir um calafrio mais na alma do que na espinha quando me chamam de intelectual, fiz parte desse grupo quixotesco que foi, segundo creio, o primeiro órgão de uma imprensa que depois seria rotulada de alternativa (CONY, 2010, p. 207).

A experiência de Cony como opositor ao regime militar aparece também em alguns de seus romances, tais como *Quase memória: quase romance*, de 1995, e, principalmente, *Pessach: a travessia*, de 1975, publicado pela Editora Civilização Brasileira¹³. No primeiro, há apenas uma breve alusão ao golpe de 1964 em um episódio no qual o pai do narrador, figura central do romance, acoita em sua residência o militante comunista Cardoso e sua família (p. 172-179)¹⁴. Mas é sobretudo em *Pessach: a travessia* que o impasse de aderir ou não à luta armada é tematizada através da resistência do escritor Paulo Simões (nome de batismo: Paulo Gorberg Simon) em ceder à pressão do amigo Sílvio para entrar em sua organização. O romance se inicia no dia em que Paulo completa 40 anos de idade: enquanto se prepara para sair de casa e visitar a filha Ana Maria no colégio e os pais judeus no subúrbio carioca, o protagonista recebe a visita de Sílvio e de Vera, que vêm lhe propor ingressar na luta armada. Paulo argumenta que já assinara

155

¹³ No texto da “orelha” do livro, Paulo Francis destaca o sofrimento do intelectual com a “consciência profunda do subdesenvolvimento” brasileiro, e elogia o autor: “O intelectual brasileiro assumiu uma posição de certo destaque depois do 1º de abril de 1964. O papel de Carlos Heitor Cony nessa forma de luta dispensa comentários. Foi nesse período que Cony entrou na arena com a força de miúra”. Para Roberto Schwarz, “Pressionada pela direita e pela esquerda, a intelectualidade entra em crise aguda. O tema dos romances e filmes políticos do período é, justamente, a conversão do intelectual à militância” (1992, p. 89). Como exemplos de romances que tematizam essa conversão, Schwarz cita justamente *Pessach: a travessia*, e *Quarup*, de Antonio Callado.

¹⁴ Ver, por exemplo, o trecho: “Tudo começou com o movimento militar daquele ano [1964]. Na virada de março para abril veio o golpe, com a deposição do presidente João Goulart. Bem pior do que em 30, começaram as prisões, as delações, a caça às bruxas, a miséria humana irrompendo de todos os cantos e contaminando tudo” (CONY, 1995, p. 172).

manifestos e que não pretendia “pegar em fuzil”, sendo esta sua forma de participação (isto é, através da resistência intelectual, assim como o autor, que, como vimos no comentário sobre a crônica “O manifesto dos intelectuais”, também os assinara). Após insistência dos militantes, Paulo expulsa-os de sua casa, rejeitando terminantemente a possibilidade de se engajar.

Após retornar das visitas supracitadas, Paulo percebe que Vera seguia seus passos e acaba, involuntariamente, caindo em uma “armadilha”, ao dar carona à moça e parar para ajudar a consertar o carro de outro militante, cognominado “Boneca”. Através de uma série de mal-entendidos, que o leitor pode interpretar como uma sugestão do narrador de que é impossível “fugir” da resistência ao regime, Paulo vai parar em uma fazenda de treinamento da guerrilha de esquerda e, tornando-se “refém” dos militantes, é “obrigado”, contra sua vontade, a entrar para a organização. O romance termina no Rio Grande do Sul com uma tentativa infrutífera de tomada de poder através das armas: desbaratada a organização, com a morte de Sílvio, de Vera e dos demais militantes, a cena final pressupõe a fuga de Paulo para a fronteira do Brasil com o Uruguai, quando o leitor se dá conta de que, nesse caso, a “travessia” não é a mesma sugerida pelo título do romance, mas “atravessar” o impasse entre engajar-se ou não¹⁵.

156

Preso no bairro do Leme, no Rio de Janeiro, logo após a decretação do AI-5, Carlos Heitor Cony não foi o único intelectual brasileiro que, mesmo não pertencendo a nenhum partido de esquerda, ficou confinado, no Forte de Copacabana, em condições precárias de sobrevivência. A ele fariam companhia, em celas próximas, Paulo Francis (que passou os três primeiros dias de prisão em jejum absoluto), Caetano Veloso, Gilberto Gil e Ferreira Gullar, este último, à época, membro da direção estadual do Partido Comunista brasileiro. Entre dezembro de 1968 e 1970, Francis foi encarcerado quatro vezes, embora admita, como Fernando Gabeira em *O que é isso, companheiro?*¹⁶, não ter sido torturado:

¹⁵ A expressão “Pessach” significa “passagem” e se refere à “Páscoa judaica”, isto é, à “festa da libertação” que celebra a fuga dos Hebreus, comandada por Moisés através do Mar Vermelho em 1280 a.C., que pretendia libertar seu povo da escravidão imposta pelos egípcios.

¹⁶ Baleado com gravidade e capturado em São Paulo após ter participado do sequestro do embaixador americano Charles Burke Elbrick, Fernando Gabeira esteve preso no Hospital do II Exército antes de ser banido para a Argélia em troca do embaixador alemão Erenfreid von Holleben, conforme descreve Alfredo Sirkis em *Os carbonários*. De acordo com seu depoimento,

Fui preso quatro vezes, uma das quais por apenas algumas horas, mas desagradáveis para uma pessoa de bem no exercício de sua profissão. As outras três foram temporadas em prisões militares. Não fui torturado, como tantos amigos, ou sequer diretamente humilhado, se bem que a situação em si é humilhante, mas é claro que esse regime onde se tira o direito até à mobilidade do cidadão, o habeas-corpus, é incivilizado, cruel, reacionário (FRANCIS, 1994, p. 168).

Membro do Conselho Editorial da Revista *Civilização Brasileira*, ao lado de Ferreira Gullar e Nelson Werneck Sodré, e um dos principais articulistas do jornal *O Pasquim*, principal órgão de imprensa a fazer oposição ao regime militar entre o fim da década de 1960 e início de 1970, Paulo Francis, que estava na redação do jornal *Última hora* na noite de 31 de março de 1964, justifica a decisão de se mudar definitivamente para Nova Iorque pelo fato de viver, na ocasião, exclusivamente do que escrevia e, como quase tudo que escrevia era censurado, via-se impossibilitado de sobreviver financeiramente e de desenvolver a atividade jornalística a contento. Tal situação peculiar, que lhe permitia ver os acontecimentos a uma razoável distância espacial, somada ao seu temperamento iconoclasta e ao sarcasmo que sempre caracterizaram sua posição ideológica fazendo-o colecionar uma série considerável de desafetos (não por acaso seu outro livro de memórias, de 2007, intitula-se *O afeto que se encerra*), talvez explique o fato de o jornalista ironizar, de modo semelhante, a ilusão da esquerda brasileira de tomar o poder e a limitação dos militares. Para Francis, além de a resistência armada ser “pífia”, “(...) Uma coisa me parece certa: nunca o Brasil esteve remotamente ameaçado pelo que a imprensa chamava de comunização. O Partido

157

Gabeira admite: “Falo da tortura como um artista, pois não tenho direito de falar como um grande torturado. (...) Meu sofrimento, perto do que vi e senti, é insignificante. Só poderia falar de tortura se tivesse caído inteiro, sem nenhum tiro, e tivesse enfrentado o mesmo processo que os outros. Mas é preciso pedir desculpas por não ter sido tão torturado quanto os outros? Pode-se falar de tortura enquanto artista? As marcas do machismo sul-americano são fortes, mas tantos anos passados talvez já as tenham dissipado em mim” (1982, p. 208). O memorialista sente-se “poupado” em comparação ao sofrimento imposto a diversos companheiros, semelhante, em seu ponto de vista, ao vivido pelos judeus durante a 2ª guerra mundial: “Da PE fomos transferidos num grupo para o DOPS. Deixamos atrás alguns companheiros e nos despedimos com tristeza. Era horrível ficar ali, ouvindo diariamente os gritos de tortura, vendo passar a cada instante os torturadores, ou mesmo os prisioneiros que ainda estavam nas solitárias. Esses eram torturados quase que diariamente, perdiam peso e tinham marcas no corpo. Era difícil fugir à imagem do campo de concentração que o cinema nos tinha dado durante todos os anos do pós-guerra” (GABEIRA, 1982, p. 239).

Comunista tinha eleitorado ínfimo” (1994, p. 48). Argumenta o autor de *Cabeça de negro* que os principais opositores do regime ou aderiram ao terrorismo e ao combate ideológico, morrendo quase todos (caso do também jornalista e seu amigo Vladimir Herzog, a quem homenageia à página 9)¹⁷, “ou se estragaram, psicologicamente, de alguma forma” (p. 7).

Quanto à “limitação” dos militares, com sua ironia habitual, Paulo Francis insinua que o malfadado regime somente durou duas décadas devido à distância de Brasília dos principais centros do país:

A mudança real de capital coincidiu com o 1964. De uma cidade com laivos de civilização aos cafundós-dos-judas. Se a capital continuasse no Rio duvido que o regime resistisse dez anos. Em Brasília, no chamado Forte Apache, o isolamento em que alguns militares, tipo general Frota, viveram deve tê-los feito ver demônios, que, na sede do Primeiro Exército do Rio, assustariam tanto como Pluft, o fantasma, e seriam ridicularizados amavelmente por amigos civis. A incestuosidade burocrática de Brasília é um dos nossos maiores problemas (FRANCIS, 1994, p. 182).

Apesar de, em Brasília, o regime militar ter durado o dobro do tempo que, supõe Francis, teria durado caso a capital brasileira ainda fosse o Rio de Janeiro, o polêmico jornalista indica duas particularidades da ditadura militar imposta entre 1964 e 1985: o fato de o regime brasileiro ter assassinado bem menos opositores que os de seus vizinhos Argentina e Chile (oficialmente, 144 pessoas; 1994, p. 9); e, ao contrário das ditaduras de Augusto Pinochet no Chile (de 1973 a 1990) e Alfredo Stroessner no Paraguai (de 1954 a 1989), ter havido uma espécie de “rodízio” entre os marechais e generais que presidiram o Brasil:

¹⁷ “Vladimir, que todo mundo chamava de Vlado, era uma doce criatura. Tinha aquele charme de inocência de *O idiota* de Dostoiévski. Olhos de quem um dia vai ser vítima, foi o que pensei quando o conheci em *Visão*, onde fomos colegas. Era jornalista. Sua morte estúpida, por asfixia [em 1975], enfureceu jornalistas. Solidariedade profissional” (FRANCIS, 1994, p. 9). Assim como Vlado, vários outros militantes, como Stuart Angel Jones, Carlos Lamarca, sua companheira Yara Yavelberg e Gerson Teodoro da Silva (codinome “Ivan”), companheiro de Sirkis no rapto do embaixador suíço Giovanni Enrico Bucher, foram assassinados pelo regime militar, às vezes de forma cruel (Stuart, filho da estilista Zuzu Angel, após longas sessões de tortura em uma sala do aeroporto do Galeão/Antônio Carlos Jobim, no Rio de Janeiro, foi amarrado à traseira de um jipe, tendo sua boca sido colocada no cano de escapamento do carro; cf. SIRKIS, 2008, p. 500, nota 82), não tendo tido, assim, chance de sobreviver e, tal como Francis, Gabeira, Polari e o próprio Sirkis, evocado suas lembranças em obras memorialísticas.

Não havia um ditador nos bastidores da queda de Jango. A ritual troca de presidentes durante vinte anos, com mandatos determinados, demonstra o espírito transitório do movimento militar. Esse rodízio foi negociado por Castello [Branco] com os outros chefes militares, para evitar ditadura total, perpetuação de um general no cargo. E foi mantido (FRANCIS, 1994, p. 24).

Apesar da contundência de suas afirmações, há que se ressaltar a noção que Francis possui do quanto as recordações são subjetivas, o que confirma o conceito de Maurice Halbwachs segundo o qual cada memória individual é um ponto de vista sobre a memória coletiva: “Há muitas versões sobre 1964. E fabulação, quer dizer, de um dado real são construídas fantasias do tamanho da paranóia de quem nos conta. Todos somos de certa forma ficcionistas. É praticamente impossível não colorir com nossa personalidade o que narramos. A memória sempre nos trai” (FRANCIS, 1994, p. 11).

Se, como afirma Paulo Francis, a situação do preso é “em si humilhante”, independente de ter sido torturado ou não, outros (hoje) célebres presidiários do mesmo Forte de Copacabana sentiram no corpo e na alma torturas psicológicas que beiram o mais profundo terror. É o caso do cantor e compositor Caetano Veloso, conforme descreve no capítulo “Narciso em férias” (1997, p. 347-409), pertencente à obra *Verdade tropical*. Preso no mesmo dia do também tropicalista Gilberto Gil, Veloso se submeteu a uma espécie de “simulação” de fuzilamento, semelhante à situação vivida pelo romancista russo Fiodor Dostoiévski, que, na verdade, tratava-se, ao final, de um “gesto simbólico” de repúdio da ditadura militar à “moda hippie” da qual o compositor era adepto: a cena, também comentada por Zuenir Ventura em seu *1968: o ano que não terminou* (1988, p. 36), do corte de seu cabelo. Apesar de longa (p. 380-382), vale a pena a acompanharmos desde o início para se ter uma noção exata da insanidade e da pusilanimidade dos militares que nos governaram:

Um dia pensei que ia morrer. Um soldadinho tinha vindo até a grade do xadrez e ficado olhando para mim com uma expressão de medo e pena. Parecia nitidamente saber de algo horrível que estava prestes a me acontecer, sobre o que ele não me podia dizer nada. Em pouco tempo ele próprio obedecia a uma ordem de abrir a porta gradeada para que eu seguisse um oficial e um sargento que me levaram para o largo alpendre por onde eu entrara no dia da chegada ao quartel. O oficial mandou que eu andasse na frente e não olhasse para trás. O grupo formado pelo oficial e pelo sargento, mais um soldado que apontava sua metralhadora para mim, me conduziu para fora do edifício e, tendo recebido ordem de virar à esquerda, logo me vi ao ar livre, andando ao longo de uma estrada ladeada por algumas edificações menores à minha direita, também pertencentes ao quartel. Pareciam casinhas brancas, quase todas de portas fechadas. Eles falaram

muito pouco, e não lembro de nada do que disseram. Mas ainda posso experimentar a sensação que me causava o tom solene que todos eles davam ao que quer que fosse acontecer. Era evidente que não me levavam para um interrogatório. Era mesmo indubitavelmente perceptível que iam fazer alguma coisa *física* comigo. Eu podia ler no ritmo dos atos e das falas de todos, no próprio desenrolar do caminho à minha frente, que eles iam fazer algo drástico com meu corpo. Eu sabia que não se tratava de sexo, nem tortura, nem mesmo uma surra: era evidentemente uma coisa simples e limpa – um gesto só – a que eles davam um ar pomposo mas não denso o bastante para que eu pensasse que iam me matar. No entanto, foi exatamente isso que pensei, quando, no trecho final da alameda, onde já não havia senão uma porta aberta numa última casinha, o oficial ordenou que eu parasse e não olhasse para trás. (...) Parei em obediência à ordem, e senti como que um soco gelado dentro de minha barriga, no centro do meu corpo, e de repente minhas pernas não existiam. Não caí, contudo. Esperei um tiro. Mantinha-me de pé com uma firmeza digna que não correspondia ao desfalecimento que só eu sabia estar sentindo. O oficial mandou que eu virasse à direita e entrasse na casinha cuja porta estava aberta. Era a barbearia do quartel. O barbeiro já estava com a tesoura e a máquina nas mãos para derrubar minha famosa cabeleira (VELOSO, 1997, p. 380-381; grifo do autor).

Cômico (aos olhos de hoje) se não fosse trágico, ridículo e demasiadamente “humano” (no pior sentido da palavra, o da vilania e da baixaza), o episódio (profundamente compreendido pelo protagonista durante o próprio desenrolar dos fatos) é representativo do nível intelectual dos “gorilas” (na metáfora utilizada por Jorge Amado), preocupados com algo “tão pequeno” em face das atrocidades cometidas nos quartéis e prisões do regime. Vejamos como o terror e o medo da morte cedem lugar à percepção do ridículo da situação:

A indiferença que demonstrei – e que decepcionou os meus algozes – se devia ao fato de a imensa alegria que senti quando vi que não ia morrer, ter sido empanada pela constatação do ridículo deprimente de tudo aquilo. Os oficiais perderam o tom solene e não encontraram o tom cômico ou ríspido que erráticamente procuravam. O medo que senti e a felicidade momentânea a que ele deu lugar tinham sido igualmente controlados por dispositivos de emergência que, sem que eu tivesse poder consciente sobre eles, eram acionados em mim. Além disso, por significativa que minha cabeleira fosse – nós, os tropicalistas, fomos pioneiros do cabelo selvagemmente grande no Brasil, um passo adiante do modelo Beatles da Jovem Guarda de Roberto Carlos, estávamos em janeiro de 69 e eu não cortava o cabelo desde 67 –, na prisão eu nem me lembrava que tinha cabelo comprido (nem mesmo estava certo de ter uma carreira de cantor popular). Assim, a expectativa dos militares, que os tinha levado a assumir a atitude pomposa da caminhada, se devia a algo que, para mim, não estava em cogitação: o corte de cabelo era, para eles mas não para mim, um assassinato simbólico. Se eu tivesse pensado em cabelo, teria imediatamente adivinhado o que ia se passar, e não teria tido medo de que

me matassem. Num nível muito alto e sutil, tinha se dado um diálogo totalmente equívoco entre mim e aqueles militares imbecis (VELOSO, 1997, p. 381-382)¹⁸.

Se intelectuais assumidamente apartidários como Carlos Heitor Cony, Paulo Francis e Caetano Veloso sofreram com a arbitrariedade e abuso de poder dos militares, imagine-se o que não passaram líderes comunistas como Ferreira Gullar e guerrilheiros como Alex Polari, Fernando Gabeira e Alfredo Sirkis. Para se ter uma ideia do trauma causado a esses resistentes, basta lembrar que o único livro de memórias escrito, a contragosto¹⁹, pelo poeta Ferreira Gullar, intitulado *Rabo de foguete* (1998), traz, como subtítulo, a expressão “Os anos de exílio”, durante os quais o autor do “Poema sujo” viveu clandestinamente em países com União Soviética, Chile e Argentina. Membro da direção estadual do Partido Comunista, no Rio de Janeiro, Gullar foi delatado e, após breve passagem pela prisão do Forte de Copacabana, onde foi, como vimos, companheiro de cela de Paulo Francis (que elogia o caráter do poeta), inicia seu longo périplo como clandestino, tendo tido documentos adulterados a fim de conseguir deixar o país. Depois de fazer um curso de Marxismo em um centro de treinamento militar da então União Soviética, em Moscou, onde morou no Instituto Marxista-Leninista com o pseudônimo de Cláudio, Ferreira Gullar chega a Santiago, no Chile, em maio de

¹⁸ A relação entre música popular brasileira e ditadura militar é complexa e mereceria um ensaio à parte, que ultrapassa os limites deste que ora se lê. Para se compreender o fenômeno (e desconstruir muito daquilo que até hoje a mídia prega), sugiro a leitura de dois excelentes estudos: *Eu não sou cachorro, não: música popular cafona e ditadura militar* (8ª edição: 2013), de Paulo César de Araújo, que comprova, através da análise de documentos inéditos, o quanto músicos como Odair José, Waldik Soriano e Lindomar Castilho, além de não serem “alienados” como comumente se pensa, tiveram canções censuradas e sofreram a mesma perseguição de famosos “resistentes” como Chico Buarque e Geraldo Vandré; e *Quem não tem swing morre com a boca cheia de formiga: Wilson Simonal e os limites de uma memória tropical* (2011), originalmente uma dissertação de mestrado em História, defendida na UFF por Gustavo Alonso, livro no qual o autor demonstra, com aguçado senso crítico, que nada de concreto se provou contra a leviana acusação encabeçada pelo jornal *O Pasquim* (que beira uma verdadeira “teoria da conspiração”) acerca do fato, que viria a arruinar a carreira do cantor, de Wilson Simonal ter supostamente sido “dedo-duro” de seus colegas de profissão entre o fim da década de 1960 e início da de 1970.

¹⁹ “Nunca fez parte de meus planos escrever sobre os anos de exílio. Em 1975, quando Paulo Freire me solicitou um texto sobre minha experiência de exilado, para um livro que reuniria depoimentos desse tipo, neguei-me a escrevê-lo. Temia, de um lado, praticar inconfidências que comprometessem a segurança de companheiros, e de outro, sentia-me traumatizado demais para abordar o tema” (GULLAR, 1998, p. 5).

1973, para testemunhar (e correr novamente todos os riscos enfrentados, no Brasil, por um militante de esquerda) o golpe militar comandado por Augusto Pinochet, que culminou com o assassinato do presidente socialista Salvador Allende. O poeta brasileiro quase foi morto pelos militares chilenos durante uma abordagem truculenta (o que prova que a estupidez não era “privilégio” exclusivo dos generais tupiniquins...), escapando somente devido a uma falsa carteirinha de jornalista do Colégio de Periodistas do Chile. Tendo obtido um salvo-conduto para deixar o país, Gullar se refugia em Buenos Aires e, em março de 1976, presencia seu terceiro golpe militar na América Latina, desta vez contra Isabelita Perón. Desembarca no Rio de Janeiro a 17 de março de 1977. No dia seguinte, é obrigado a participar de um longo interrogatório (também descrito no capítulo “Liberdade, liberdade...”, 1994, p. 217-218), no qual foi acareado, na sede do DOI-CODI²⁰, a Júlio, ex-chefe do coletivo brasileiro em Moscou. Ferreira Gullar nega tê-lo conhecido, para constrangimento do delator. Após tortura psicológica, Gullar é finalmente liberado: “Fui solto depois de umas 72 horas de interrogatório contínuo. Vendaram-me, puseram-me no camburão e me devolveram ao gabinete do mesmo delegado que me havia entregue ao DOI-CODI” (1998, p. 267).

A memorialística brasileira do período referente ao regime militar deve muito às recordações dos guerrilheiros. Militantes como Alex Polari, além de recordações em forma de narrativa (*Em busca do tesouro*, 1982), também nos legou um interessante volume de poesia a respeito do assunto, intitulado *Inventário de cicatrizes*, no qual podemos encontrar “desabafos” poéticos de forte apelo emocional, como no poema “Idílica estudantil – III”, utilizado por Alfredo Sirkis como epígrafe de *Os carbonários*: “Nossa geração teve pouco tempo / começou pelo fim / mas foi bela nossa procura / ah! Moça, como foi bela a nossa procura / mesmo com tanta ilusão perdida / quebrada, / mesmo com tanto caco de sonho / onde até hoje / a gente se corta” (POLARI, 1979, p. 18). Na obra, há também um comovente poema dedicado a Stuart Angel Jones, evocado, no título, através de seu codinome (“Canção para Paulo – À Stuart Angel”). A estrofe a seguir é exemplo da sincera e catártica homenagem, tentativa de expiar os demônios da tortura: “Eles queimaram nossa carne com os fios / e ligaram nosso

²⁰ Departamento de Operação de Informações – Centro de Operações de Defesa Interna, órgão subordinado ao Exército, responsável por submeter os suspeitos de “comunismo” à repressão e intimidação.

destino à mesma eletricidade. / Igualmente vimos nossos rostos invertidos / e eu testemunhei quando levaram teu corpo / envolto em um tapete” (1979, p. 36).

Para concluir, gostaria de mencionar duas obras que, para Zuenir Ventura, podem ser consideradas “os dois maiores sucessos da memorialística da época” (1988, p. 67): *Os carbonários*, de Alfredo Sirkis, e *O que é isso, companheiro?*, de Fernando Gabeira, texto ao qual Silviano Santiago atribui, em “O narrador pós-moderno” (*Nas malhas da letra*, 2002, p. 44-60), o pioneirismo da narrativa memorialista dos exilados políticos brasileiros:

Aqui se impõe uma distinção importante entre o narrador pós-moderno e o seu contemporâneo (em termos de Brasil), o narrador memorialista, visto que o texto de memórias tornou-se importantíssimo com o retorno dos exilados políticos. Referimo-nos, é claro, à literatura inaugurada por Fernando Gabeira com o livro *O que é isso, companheiro?*, onde o processo de envolvimento do mais experiente pelo menos se apresenta de forma oposta ao da narrativa pós-moderna (SANTIAGO, 2002, p. 55).

Conforme menciono na nota 16 do presente ensaio, ambas as narrativas tematizam uma prática constantemente levada a cabo pelos guerrilheiros de esquerda no período de oposição ao regime: o rapto de embaixadores com o intuito de se exigir, em troca da libertação dos sequestrados, o envio de companheiros presos a países estrangeiros. No caso do relato de Gabeira, a narrativa se inicia com a “promessa” feita, nas ruas de Santiago durante um toque de recolher imposto pela ditadura Pinochet, de contar tudo o que vivera caso conseguisse chegar à embaixada argentina. Após a “fuga” bem-sucedida, Gabeira descreve os episódios que envolveram o sequestro do embaixador americano Charles Burke Elbrick, realizado por dois grupos guerrilheiros e “trocado” por quinze militantes enviados ao México em avião especialmente fretado²¹.

Já Alfredo Sirkis, membro da Vanguarda Popular Revolucionária (VPR), participou de dois bem-sucedidos sequestros de embaixadores: de Erenfreid von Holleben, da Alemanha, trocado por quarenta presos, dentre os quais Fernando Gabeira, e do suíço Giovanni Enrico Bucher, “moeda de troca” de nada menos que setenta militantes de esquerda, este último com a participação do capitão dissidente Carlos Lamarca, que deserdera do exército brasileiro levando consigo

²¹ Os grupos que assumiram a autoria do sequestro são o Movimento Revolucionário 8 de outubro (MR-8), ao qual Gabeira pertencia, e a Ação Libertadora Nacional (ALN), liderada por Carlos Marighella, executado pela polícia nas ruas de São Paulo em novembro de 1969.

72 fuzis FAL do Quartel de Quitaúna. No prefácio à edição de *Os carbonários* de 1988, Sirkis declara não sentir, ao contrário de muitos de seus ex-companheiros, nem orgulho nem revolta em relação aos acontecimentos dos quais participara: “Sinto-me a muitos anos-luz do guerrilheiro Felipe [seu codinome nas ações realizadas] com seus 19 anos e sua intrincada mescla de revolta e pulsão de ser herói, viver a aventura da nossa geração, que depois, como disse Alex Polari, se cortou com cacos de sonho. Não me desconforta esse passado, também não me enaltece” (2008, p. 9).

Em comum entre os três sequestros, o fato notável de, em todos os casos, os embaixadores compreenderem os motivos de tal ação radical, abominando a prática da tortura e denunciando-as em seus países de origem, a ponto de quase gerarem incidentes diplomáticos. Von Holleben, por exemplo, é descrito por Sirkis como um “liberal, elitista, avesso às tiranias e sensível à violação dos direitos humanos. (...) Interessou-se pelos problemas das prisões, dos antros de tortura. (...) Ficou sinceramente horrorizado pelas histórias dos porões do regime. Eu não conseguia ver nele um inimigo real” (2008, p. 260-261). Depois de ser libertado, Elbrick não hesitou em denunciar, nos Estados Unidos, as práticas desumanas dos militares brasileiros:

Charles Burke Elbrick estava vivo e bem. Li sua entrevista no jornal. Ele falou exatamente o que pensava sobre nós, sem se incomodar com as conseqüências. Elas viriam muito rápido. Algumas das conversações foram gravadas e estavam guardadas numa casa da Rua Santo Amaro, em Santa Teresa [no Rio de Janeiro]. Quando o governo teve acesso às gravações, convenceu-se de que o melhor era pedir sua remoção do Brasil (GABEIRA, 1982, p. 170).

Após praticamente trinta anos do fim do regime militar, muita coisa mudou no Brasil, inclusive se considerarmos os próprios opositores, militantes e guerrilheiros. Alex Polari vive definitivamente em uma comunidade do Santo Daime, Paulo Francis e Franklin Martins (ex-líder estudantil e presidente de DCE) tornaram-se, respectivamente, comentaristas das áreas de política e economia de telejornais da Rede Globo, Caetano Veloso construiu uma carreira de sucesso e reconhecimento internacionais, Fernando Gabeira foi eleito deputado federal pelo Partido Verde, do qual é membro-fundador, e tanto ele, em 1989, quanto Alfredo Sirkis em 1998, concorreram à presidência da república pelo mesmo PV, Fernando Henrique Cardoso (à época cassado de seu cargo de professor da Universidade de São Paulo), Luís Inácio Lula da Silva (ex-sindicalista) e Dilma Rousseff (integrante dos movimentos “Comando de Libertação Nacional” –

COLINA – e da “Vanguarda Armada Revolucionária Palmares” – VAR-Palmares –, ambas citadas em *Os carbonários*) tornaram-se presidentes da república. Esses fatos recentes, entretanto, não invalidam a resistência e a luta armada, pelo contrário, legitimam-nas, confirmando a “previsão” de Chico Buarque na canção “Apesar de você”, segundo a qual “amanhã vai ser outro dia”, contradizendo o verso final do poema “Inventário de cicatrizes”, de Alex Polari, com o qual encerro este ensaio:

Cidadãos do mundo / habitantes da dor / em escala planetária // todos que dormiram no assoalho frio / das câmaras de tortura / todos os que assoaram / os orvalhos de sangue de uma nova era / todos os que ouviram os gritos, vestiram o capuz / todos os que gozaram coitos interrompidos pela morte / todos os que tiveram os testículos triturados / todas as que engravidaram dos próprios algozes / estão marcados, / se demitiram do direito da própria felicidade futura (1979, p. 51).

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ALONSO, Gustavo. *Quem não tem swing morre com a boca cheia de formiga*: Wilson Simonal e os limites de uma memória tropical. Rio de Janeiro: Record, 2011.

AMADO, Jorge. *Navegação de cabotagem*: apontamentos para um livro de memórias que jamais escreverei. Rio de Janeiro: Record, 1992.

ANDRADE, Oswald de. *O rei da vela*. 7 ed. São Paulo: Globo, 1998.

ARAÚJO, Paulo Cesar de. *Eu não sou cachorro, não*: música popular cafona e ditadura militar. 8 ed. Rio de Janeiro: Record, 2013.

ARFUCH, Leonor. *O espaço biográfico*: dilemas da subjetividade contemporânea. Rio de Janeiro: EduERJ, 2010.

ARNS, Dom Paulo Evaristo (Org.). *Brasil: nunca mais*. 12 ed. Petrópolis: Editora Vozes, 1985.

CALLADO, Antonio. *Memórias de Aldenham House*: romance. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1989.

CALLADO, Antonio. 2 ed. *Quarup*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1984, 2 v.

CALLADO, Antonio. *Sempre viva*. 2 ed. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1981.

CONY, Carlos Heitor. *Eu, aos pedaços*: memórias. São Paulo: Leya, 2010.

CONY, Carlos Heitor. *JK*: memorial do exílio. Rio de Janeiro: Edições Bloch, 1982.

CONY, Carlos Heitor. *O ato e o fato: o som e a fúria das crônicas contra o golpe de 1964*. Rio de Janeiro: Editora Objetiva, 2004.

CONY, Carlos Heitor. *Pessach: a travessia*. 2 ed. Rio de Janeiro: Editora Civilização Brasileira, 1975.

CONY, Carlos Heitor. *Quase memória: quase romance*. 1ª reimpressão. São Paulo: Companhia das Letras, 1995.

CONY, Carlos Heitor. *Quem matou Vargas: 1954 - uma tragédia brasileira*. Rio de Janeiro: Bloch Editores, 1974.

DOURADO, Autran. *A serviço del-Rei*. 2 ed. Rio de Janeiro: Record, 1984.

DOURADO, Autran. *Gaiola aberta: tempos de JK e Schmidt*. Rio de Janeiro: Rocco, 2000.

DOURADO, Autran. *Um artista aprendiz*. Rio de Janeiro: José Olympio, 1989.

FONSECA, Rubem. *Agosto*. Rio de Janeiro: Editora Record, 1990.

FRANCIS, Paulo. *O afeto que se encerra: memórias*. São Paulo: Editora Francis, 2007.

FRANCIS, Paulo. *Trinta anos esta noite: 1964 - O que vi e vivi*. São Paulo: Companhia das Letras, 1994.

GABEIRA, Fernando. *Entradas e bandeiras*. 9 ed. Rio de Janeiro: Codecri, 1981.

GABEIRA, Fernando. *O crepúsculo do macho: depoimento*. 20 ed. Rio de Janeiro: Codecri, 1981.

GABEIRA, Fernando. *O que é isso, companheiro?*. 32 ed. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1982.

GULLAR, Ferreira. Liberdade, liberdade... In: RAPOSO, Eduardo (Coord.). *1964: 30 anos depois*. Rio de Janeiro: Agir, 1994, p. 217-222.

GULLAR, Ferreira. *Rabo de foguete: os anos de exílio*. Rio de Janeiro: Revan, 1998.

HALBWACHS, Maurice. *A memória coletiva*. São Paulo: Centauro, 2006. Trad. Beatriz Sidou.

MONTAIGNE, Michel de. “Ensaio”. In: *Os pensadores*. 4 ed. São Paulo: Nova Cultural, 1987, p. 1-155. Trad. Sérgio Milliet.

MORAES NETO, Geneton. *Dossiê Brasil: as histórias por trás da História recente do país*. 6 ed. Rio de Janeiro: Editora Objetiva, 1997.

MOURÃO FILHO, Olímpio. *Memórias: a verdade de um revolucionário*. Porto Alegre: L&PM, 1978.

POLARI, Alex. *Em busca do tesouro*. Rio de Janeiro: Codecri, 1982.

POLARI, Alex. *Inventário de cicatrizes*. 4 ed. São Paulo: Global Editora e Distribuidora Ltda, 1979.

RAMOS, Graciliano. *Memórias do cárcere*. Rio de Janeiro: Editora Record, 1996, 2 v.

SANTIAGO, Silviano. O narrador pós-moderno. In: *Nas malhas da letra*. Rio de Janeiro: Rocco, 2002, p. 44-60.

SCHWARZ, Roberto. Cultura e política: 1964-1969. In: *O pai de família e outros estudos*. Rio de Janeiro: Editora Paz e Terra, 1992, p. 61-92.

SIRKIS, Alfredo. *Os carbonários*. Rio de Janeiro: BestBolso, 2008.

SODRÉ, Nelson Werneck. *A fúria de Calibã: memórias do golpe de 64*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1994.

SODRÉ, Nelson Werneck. *Memórias de um soldado: do Tenentismo ao Estado Novo*. Rio de Janeiro: Editora Civilização Brasileira, 1967.

VELOSO, Caetano. *Verdade tropical*. São Paulo: Companhia das Letras, 1997.

VENTURA, Zuenir. *1968 – O ano que não terminou: a aventura de uma geração*. 28 ed. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1988.

